

Inter-relações entre Acesso às Estruturas e Equipamentos Urbanos de Esporte, Prática de Atividade Física e Legado dos Megaeventos Esportivos no Brasil.

Interrelations between access to urban sports structures and equipment, physical activity and the legacy of mega sporting events in Brazil.

Rodrigo Paiva¹

Lúcia Maria Machado Bógus²

Cláudio Miranda da Rocha³

RESUMO

Diversos estudos tentam identificar fatores que interferem na adoção, ou não, do hábito da prática de exercícios físicos e esportes. Existem condicionantes objetivos relacionados à disponibilidade à prática esportiva como o acesso às estruturas e equipamentos urbanos para práticas de esportes. Globalmente, governos adotam a estratégia de realização de megaeventos esportivos sob o pretexto de dinamizar a economia e promover um legado que, entre outros aspectos, deixaria às cidades-sede estruturas e equipamentos construídos para o evento que fomentaram a prática de esportes pela população. O estudo objetivou compreender as inter-relações entre a realização de megaeventos esportivos, legado de estruturas físico-esportivas e a adoção hábitos de prática de atividade física por parte da população nas cidades-sede. Neste estudo, caracterizado como revisão de literatura e ensaio teórico, foi possível observar forte correlação entre a disponibilidade de equipamentos públicos e o envolvimento da população em esportes. O acesso a estruturas diversificadas, descentralizadas e próximas da residência ou do trabalho impactam positivamente a promoção de hábitos de saúde e compõem os fatores primordiais para a implementação de políticas públicas

¹*Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP (2018), com pesquisa sobre o planejamento do legado esportivo da Copa do Mundo FIFA. Possui mestrado em Educação (2010) e graduação em Pedagogia e Educação Física, além de dois pós-doutorados em Sociologia e Políticas Públicas (2022 e 2023). E-mail: rgo.paiva2@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9063-2981>.

²* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Programa de Ciências Sociais da PUC-SP. Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1970), é mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981) e doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1988). E-mail: lubogus@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3431-7298>.

³* University of Stirling. Coordenador dos programas de mestrado e doutorado em Sport Management da Universidade de Stirling na Escócia. Em 2014/15, finalizou um programa de professor visitante (pós-doutorado) na "Isenberg School of Management" da University of Massachusetts, Amherst, na área de Gestão do Esporte. Possui doutorado em Sport Management (Gestão do Esporte) pela Ohio State University. E-mail: claudio.rocha@stir.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6337-004X>.

eficazes. Constatou-se, ainda, que o legado estrutural de megaeventos esportivos para a universalização do acesso ao esporte não tem sido prioridade nos compromissos das cidades-sede.

Palavras-chave: Prática esportiva; megaeventos esportivos; políticas públicas; sociologia do esporte.

ABSTRACT

Several studies attempt to identify factors that influence the adoption, or lack thereof, of the habit of practicing physical exercises and sports. There are objective determinants related to the availability of sports practice, such as access to urban facilities and equipment for sports. Globally, governments adopt the strategy of hosting mega sporting events under the pretext of boosting the economy and promoting a legacy that, among other aspects, would leave host cities with structures and equipment built for the event that would encourage sports participation by the population. The study aimed to understand the interrelationships between the hosting of mega sporting events, the legacy of physical-sports structures, and the adoption of physical activity habits by the population in host cities. In this study, characterized as a literature review and theoretical essay, a strong correlation was observed between the availability of public facilities and the population's involvement in sports. Access to diversified, decentralized structures, located close to home or work, positively impacts the promotion of healthy habits and constitutes the primary factors for the implementation of effective public policies. It was also found that the structural legacy of mega sporting events for the universalization of access to sport has not been a priority in the commitments of the host cities.

Keywords: Sports practice; mega sporting events; public policies; sociology of sport.

1. INTRODUÇÃO

A literatura referente aos benefícios proporcionados pela prática constante de exercícios físicos parece não deixar dúvidas quanto à importância da implementação de políticas públicas que estimulem a participação da população em programas de exercícios físicos (Raafs *et al.*, 2020).

Alguns mitos explicativos são evocados na tentativa de elucidar, ainda que muito superficialmente, os motivos pelos quais, no século XXI, a adesão de crianças, jovens, adultos e da população em geral às práticas de atividades físicas e esportes diminui e caminha na contramão das prescrições dos órgãos multinacionais de orientação à saúde.

O primeiro e mais falacioso mito é aquele que correlaciona a adoção do hábito de praticar atividades físicas ou esportes às experiências obtidas no contexto das brincadeiras de rua na infância. Esta afirmação se configura como um mito. Afinal, não há nada que sustente, no campo da realidade objetiva, qualquer parte do argumento. É recorrente a ideia de que houve, num passado não muito distante, um tempo em que a experiência de vida em todas as suas esferas e complexidades fora melhor do que a que se tem hoje em dia. Sobre este aspecto recorreremos às

análises de Holanda (1997) e Szachi (1972), que argumentam que este tipo de posicionamento funciona como uma espécie de utopia de tempo, uma forma de memória afetiva de um passado que pode sequer ter existido. Lazzoli *et al.* (1998) apresentaram um posicionamento da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte sugerindo uma correlação entre a prática frequente de atividades físicas e esportes na infância à manutenção desse estilo de vida quando da vida adulta. No entanto, a literatura mais contemporânea da área da psicologia do esporte afirma que esta relação é equivocada. Segundo Weinberg e Gould (2017), o único preditor confiável relativo à manutenção do hábito de praticar exercícios é o tempo decorrido desde a última experiência. Em outras palavras, não são as experiências do brincar na infância, na rua ou em qualquer outro contexto, os fatores preponderantes da adoção de hábitos saudáveis na vida adulta.

Outro mito, equivocado na mesma proporção do anterior, é o da tecnologia. Neste caso, argumentam que a superexposição às comodidades advindas do desenvolvimento científico-tecnológico característico da transição do século XX para o século XXI, é a vilã irremediável dos processos causadores de todos os fenômenos e doenças relacionadas à hipocinesia. Especial atenção deve ser dada a adoção deste argumento quando direcionado aos países em desenvolvimento que, historicamente, compuseram o que se usa chamar de periferia do capitalismo (Maricato, 1996). Comodidades tecnológicas sempre existiram e foram acessíveis a grupos específicos detentores de condições financeiras de desfrutá-las. Ainda assim, não figuravam, nas décadas passadas, nas listas de condicionantes sociais de elementos comprometedores da saúde pública. De forma específica para a população dos países como, por exemplo, Brasil e Índia que experimentaram, nas últimas duas décadas, um crescimento econômico exponencial e o acesso tardio a determinadas facilidades oriundas de equipamentos eletrônicos e tecnológicos, parece agora, um problema a ser combatido.

O terceiro e último mito sobre o qual nos debruçamos é o que correlaciona conscientização à esperada mudança de hábito. O argumento em questão pressupõe que quando houver, e se houver, um amplo e irrestrito programa de disseminação de informações relativas aos benefícios da prática constante de atividade física, contrapostos aos riscos inerentes ao sedentarismo, ocorrerá uma espécie de metamorfose comportamental da população. Neste momento, parece-nos indispensável recorrer aos dados do diagnóstico nacional do esporte (Brasil, 2014). O relatório, produzido pelo Ministério dos Esportes do Brasil, demonstrou que 80,4% da população pesquisada tinha plena consciência tanto dos benefícios da prática de atividade física, quanto dos riscos do sedentarismo. Notadamente, não é a falta de conhecimento/consciência e foco, para que a população venha a aderir a programas e projetos de prática de atividade física e esportes como hábito cotidiano.

Com base nos argumentos iniciais supramencionados, é possível inferir que não há respostas simples que possam, no limite da superficialidade, explorar os motivos pelos quais indivíduos, pequenos grupos e coletivos ou populações inteiras estejam mais ou menos, engajados em programas de prática de atividade física.

Apesar de a urgência e pertinência do estudo serem globais, a ênfase na análise e discussão se dará sobre o Brasil, uma vez que o país sediou, no curto intervalo de uma década, os maiores megaeventos esportivos do planeta, quais sejam, Jogos Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo F.I.F.A. de futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

Este trabalho busca compreender de que forma condicionantes objetivos do cotidiano (políticas públicas, estruturas disponíveis, tempo disponível, entre outros) participam da adoção de hábitos relacionados ao exercício físico e ao esporte. Ainda, apresentar novas perspectivas interpretativas sobre as relações existentes entre megaeventos esportivos, legados estruturais, políticas públicas nas cidades-sede dos eventos e incremento à prática de exercícios físicos ou esportes.

2. METODOLOGIA

Este trabalho adota uma metodologia de natureza mista, combinando uma revisão de literatura e um ensaio teórico. A escolha por este delineamento justifica-se pela necessidade de consolidar o conhecimento existente sobre os megaeventos esportivos e, simultaneamente, desenvolver uma análise crítica aprofundada das interrelações entre seu legado e a prática de atividade física da população.

1. Delineamento da Pesquisa

O estudo se sustenta na complementaridade fundamental entre suas duas abordagens, conforme defendido por Galvão e Pereira (2014) e Cavalcante e Oliveira (2020):

Revisão de Literatura: consistiu no levantamento descritivo e análise do conhecimento previamente produzido na área, buscando estabelecer uma base consolidada de contextos e evidências.

Ensaio Teórico: dedicou-se à análise crítica e aprofundada de teorias, conceitos e ideias (como o conceito de "legado", "mitos explicativos" e "políticas públicas"), contribuindo com novas perspectivas interpretativas sobre o fenômeno.

2. Fonte de Dados e Escopo

A pesquisa utilizou um total de 35 referências, sendo 11 livros e 24 artigos, publicados em português e inglês.

O escopo da análise foi direcionado principalmente ao contexto brasileiro, devido à concentração de megaeventos esportivos sediados no país em um curto período (Jogos Militares, 2011; Copa das Confederações, 2013; Copa do Mundo FIFA, 2014; e Jogos Olímpicos, 2016).

3. Procedimento de Coleta (Revisão)

A seleção das referências foi guiada pelos seguintes descritores principais, visando cobrir as inter-relações entre o esporte de alto rendimento, o legado estrutural e a política social: prática esportiva, megaeventos esportivos, políticas públicas, sociologia do esporte, megaeventos esportivos, estruturas e equipamentos esportivos, gestão do esporte e sociologia do esporte.

4. Análise dos Dados (Ensaio Teórico)

A análise procedeu com a desconstrução crítica de argumentos comuns e a confrontação de dados da literatura:

Desconstrução de Mitos: mitos explicativos sobre a baixa adesão à atividade física (como a experiência da infância e a tecnologia) foram abordados e refutados com base em autores como Holanda (1997), Szachi (1972) e Weinberg e Gould (2017), além de dados de conscientização populacional (Brasil, 2014).

Análise do Legado: Foi realizada uma análise aprofundada do conceito de "legado" de megaeventos esportivos, contrastando o discurso oficial (Chappelet, 2012) com os impactos reais em termos de estruturas (Coakley e Souza, 2015; Rossetto Junior, 2016) e consequências sociais e econômicas (Pulleiro, 2020; Bond e Cottle, 2014).

Identificação de fatores objetivos: Foram analisados os fatores objetivos que comprovadamente interferem na prática de atividade física, como a disponibilidade, diversificação e descentralização de equipamentos, conforme autores como Deelen, Ettema e Dijst (2016) e Raza et al (2022).

A empreitada metodológica contribuiu para a compreensão das inter-relações entre a realização de megaeventos esportivos, o legado de estruturas físico-esportivas e a adoção de hábitos de prática de atividade física por parte da população nas cidades-sede.

3. REVISÃO DE LITERATURA

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil estão, majoritariamente, direcionadas ao fomento do esporte de rendimento. É possível dizer que a agenda política para o esporte brasileiro é a constante realização de eventos, mais precisamente, de megaeventos esportivos (Paiva, 2018; Rossetto Junior, 2016).

Em um intervalo inferior a duas décadas o país foi sede dos Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Militares (2011), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo da FIFA de Futebol (2014), e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), e agora sediará a Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino (2027). O compromisso maior do Estado brasileiro no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer é a realização constante de megaeventos (Paiva, 2018; Paiva *et al*, 2023, Paiva e Rossetto Junior, 2014).

Mas quando nos referimos a megaeventos esportivos, o que estamos, de fato, abordando?

Megaeventos são acontecimentos de grande escala que atraem atenção pública em níveis globais, sendo definidos por sua enorme relevância internacional e por sua duração relativamente curta (Almeida e Marchi Junior, 2014). Eles se distinguem não apenas pela sua magnitude, mas também pela considerável mobilização de recursos públicos pelas cidades-sede, em contraste com a intensificação dos lucros para o setor privado (Dacosta, 2008). Tais eventos têm o poder de reconfigurar as dinâmicas entre espaço e tempo, alterando de maneira drástica, embora temporária, a realidade local. Nesse processo, observa-se uma ampliação desproporcional das relações entre os setores público e privado, o que favorece a precarização do trabalho, a hiperexploração da mão de obra e o elevado e frequentemente subnotificado número de acidentes de trabalho, particularmente durante a construção das infraestruturas necessárias (Cottle, 2014).

Conforme apontado por Estender, Volpi e Fittipaldi (2011) e Carvalho (2013), esses eventos, que atraem um público massivo, geram impactos políticos e socioeconômicos significativos nas cidades que os acolhem. São percebidos como uma estratégia moderna e eficiente para a expansão e acumulação de capital, em um processo que reflete a ambição econômica de perpetuar o poder de grandes grupos financeiros, consolidado ao longo do século XX (Santim, 2009).

Em sua essência, megaeventos não se limitam a ser meras celebrações esportivas ou culturais; eles representam fenômenos complexos que evidenciam a intersecção entre economia, sociedade e política.

A literatura referente aos megaeventos esportivos é bastante consolidada em termos gerais

no que tange a amplos aspectos relativos a este fenômeno. De acordo com Romano *et al* (2015), a pontos em comum a maior parte dos estudos direcionados à temática dos megaeventos esportivos, quais sejam:

Impactos econômicos: muitos estudos se concentram nos legados econômicos, analisando os benefícios financeiros e os custos associados à realização de eventos, incluindo investimentos em turismo e infraestrutura;

Legados do turismo: o aprimoramento do turismo é frequentemente discutido, com megaeventos vistos como catalisadores para o aumento do número de visitantes e melhoria da infraestrutura turística durante e posteriormente aos jogos.

Aspectos sociais: os legados sociais, incluindo o envolvimento da comunidade e a população dos territórios das cidades-sede, também são destacados. Especificamente sobre este aspecto é fundamental salientar a dubiedade dos dados disponíveis na literatura. De um lado há uma clara exacerbação dos benefícios na realização dos megaeventos esportivos para o desenvolvimento social dos países/cidades-sede. Por outro lado, há pouco material disponível sobre os aspectos negativos e deletérios, do ponto de vista social, resultantes da realização dos megaeventos esportivos. Este paradoxo, por si só, já suscita a urgência de mais estudos de longo prazo sobre os impactos sociais destes eventos, outro aspecto relevante na literatura.

Estudos longitudinais: há uma necessidade de mais estudos longitudinais para entender melhor os impactos e legados de longo prazo desses eventos (Coakley e Souza, 2015; Cottle, 2014; Paiva, 2018).

Ausência de discussão de impacto negativo: uma notável lacuna na literatura é a falta de discussão sobre os impactos negativos dos megaeventos esportivos (Romano *et al*, 2015).

Considerações ambientais: algumas literaturas abordam os impactos ambientais dos megaeventos, embora esse tema seja menos prevalente em comparação com as discussões socioeconômicas.

Diversidade de eventos: a produção do conhecimento relativo aos megaeventos esportivos está, explicitamente, centrada em análises globais sobre a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino, organizada pela Federação Internacional De Futebol Associado, e os Jogos Olímpicos, este último organizado pelo Comitê Olímpico Internacional. Neste sentido, eventos de impacto global como, por exemplo, o circuito de Fórmula 1, os torneios de tênis, mundiais e mundialitos de lutas, ginásticas, voleibol, dentre tantas outras práticas escapam aos olhos dos cientistas que se

debruçam sobre os megaeventos esportivos. Há estudos sobre estes acontecimentos, mas a produção ainda é bastante incipiente.

Reaproveitamento dos equipamentos e da estrutura esportiva: este é um debate que tem se mostrado cada vez mais frutífero, especialmente entre pesquisadores da área da educação física e do esporte, da saúde pública e do urbanismo. Em outras palavras, estudos dessa natureza tentam identificar se, e em que medida, a população local se beneficia da construção de estruturas nababescas utilizadas num período reduzido e circunscrito no tempo. Se já é difícil mensurar a possibilidade de reaproveitamento das estruturas, por mais diversificadas que sejam, como acontece com os Jogos Olímpicos caracterizados por serem multimodalidades, no caso específico da Copa do Mundo de futebol FIFA vale dizer que o equipamento é um estádio de monocultura esportiva (Cottle, 2014; Matias e Mascarenhas, 2017; Paiva, 2018; Paiva e Rossetto Junior, 2014; Preuss, 2008; Rossetto Junior, 2016; Santim, 2009).

Em relação a este último tópico, diversos estudos têm sinalizado a importância da implementação de políticas públicas que universalizam o acesso a equipamentos esportivos e, para além disso, próximos da região de moradia e trabalho à população. Neste sentido, fica claro que a diversidade dos tipos de equipamento e, principalmente, a descentralização das estruturas e equipamentos é fator determinante para maior ou menor envolvimento da população em práticas relacionadas à atividade física e esportes em seus momentos de lazer.

Em decorrência deste complexo conjunto de fatores supramencionados, e da reverberação dos impactos positivos e negativos da realização dos megaeventos esportivos, um novo termo passou a fazer parte dos documentos de candidatura, dos argumentos adotados pelos países e cidades candidatos a sediar os eventos, além, é claro, das campanhas de promoção realizadas pelos meios de comunicação e pelos gestores dos Estados vencedores das disputas para sediar os megaeventos esportivos. Este termo, o novo jargão que passou a adjetivar absolutamente todas as frases atinentes aos megaeventos esportivos é, sem surpresas, um legado.

De acordo com Chappelet (2012), somente na década de 1990 surge o conceito de legado dos megaeventos esportivos, exatamente em função dos questionamentos sobre os custos e benefícios, econômicos, sociais, ambientais e humanos de organizá-los. Somente em 1991, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos do Centenário de 1996, em Atlanta, anunciaria o objetivo de deixar um *legado*⁴ físico e espiritual positivo dos Jogos Olímpicos. Em 1997, o Comitê de Candidatura para os Jogos Olímpicos de 2004, em Atenas, intitulou um folheto que apresentava seu

⁴ Grifo nosso

projeto como: “um legado para o olimpismo”. Na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno de 1998, em Nagano, o então Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) destacou "o legado cultural de nossos predecessores". No ano de 2003, o COI revisou sua Carta Olímpica, acrescentando como décima quarta missão "promover um legado positivo dos Jogos Olímpicos para as cidades-sede e os países anfitriões" (Regra 2.14) (Chappelet, 2012 p 77).

Um dos exemplos mais significativos do uso do termo "legado" ocorreu durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, evento no qual os promotores enfatizam de maneira mais evidente o conceito tanto nas fases de candidatura quanto de organização. Essa abordagem foi incorporada pelo governo britânico, que estabeleceu cinco compromissos principais em um Plano de Ação de Legado:

1. Tornar o Reino Unido uma nação esportiva de classe mundial, promovendo o sucesso de elite, a participação em massa e o esporte escolar.
2. Transformar o centro do leste de Londres.
3. Inspirar⁵ uma nova geração de jovens a se envolverem em atividades de voluntariado local, cultura e práticas esportivas.
4. Fazer do Parque Olímpico um modelo de vida sustentável.
5. Demonstrar que o Reino Unido é criativo, inclusivo e acolhedor, tanto para viver quanto para visitar e realizar negócios.

Claramente a adoção do termo legado passou a incorporar todo e qualquer discurso relativo aos megaeventos esportivos. Interessa-nos, portanto, analisar se, especificamente, no âmbito das estruturas e equipamentos esportivos, é possível afirmar que estes acontecimentos deixaram um legado. Ainda, de que forma tais desdobramentos impactarão o Brasil.

Coakley e Souza (2015), demonstraram os efeitos dos megaeventos esportivos no Brasil. Em primeiro lugar, os autores destacam que sim, existe a possibilidade destes eventos fomentarem o desenvolvimento esportivo por meio da criação de instalações e do aumento do interesse em práticas físicas, especialmente entre os jovens. Contudo, esses eventos, por si só, não garantem uma mudança sustentável no comportamento esportivo. Efeitos inspiradores tendem a ser passageiros e exigem iniciativas adicionais para serem mantidos. Estudos, como no caso de Sydney 2002, revelam que a participação pode até diminuir após os eventos. Tais dados são corroborados pelo

⁵ Sobre este aspecto, recomendamos uma análise do programa London Legacy: International Inspiration.

estudo de Rossetto Junior (2016), que demonstrou diminuição de oportunidades após a Copa do Mundo FIFA 2014, na cidade de São Paulo, no Brasil. Analisando o caso de Londres 2012, os autores destacam os desafios em traduzir intenções de promoção da atividade física em resultados concretos. Além disso, a percepção de que há um distanciamento social em relação aos atletas de elite do país, acaba desencorajando a prática esportiva entre o público. Os investimentos em esportes de elite frequentemente não se traduzem em um aumento significativo na participação em esportes de base. O foco em esportes medalhistas pode até prejudicar o desenvolvimento de atividades menos populares, reduzindo a acessibilidade à prática de esportes não-convencionais para a população em geral.

Embora estudos longitudinais mostrem aumentos modestos na atividade física, dados limitados dos municípios dificultam uma análise precisa, e não há evidências de correlação significativa entre megaeventos e atividade física sustentada.

Pulleiro (2020), por exemplo, demonstra que os impactos sociais de longo prazo da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 sobre comunidades marginalizadas no Brasil revelam um legado complexo, caracterizado por deslocamentos populacionais, gentrificação, aumento da desigualdade e dissidência pública. Embora esses megaeventos tenham sido planejados para elevar o status internacional do Brasil, eles acabaram destacando e agravando questões sociais preexistentes, gerando desilusão entre a população. O legado esportivo social, por exemplo, para este autor, inexistente. Uma vez que a representação nacional em competições esportivas reflete o prestígio e a competitividade do estado, o que compele o governo a hipervalorizar o esporte de rendimento em detrimento do esporte como um direito social. Além disso, há o eterno conflito da sobreposição dos interesses das organizações esportivas, dos governos envolvidos e, principalmente, da população dos países/cidades-sede.

Em um dos mais interessantes textos já publicados sobre megaeventos esportivos, Horne e Manzenreiter (2006), afirmam que as cidades investem intensamente em infraestrutura, marketing e organização, esperando um aumento na atividade econômica, na criação de empregos e no turismo. No entanto, uma análise crítica revela uma discrepância considerável entre os resultados econômicos projetados e os reais. De acordo com estes autores, há uma superestimação dos impactos e legados do evento. Previsões econômicas, frequentemente, utilizam metodologias falhas, gerando estimativas inflacionadas sobre os gastos dos visitantes e a criação de empregos. Estudos mostram que avaliações de impacto econômico frequentemente assumem comportamentos irreais dos visitantes e aplicam multiplicadores econômicos de maneira exagerada, resultando em

projeções que não se concretizam. Ainda, sugerem que é imprescindível que os governos realizem, antes mesmo da elaboração do documento de candidatura, consultas públicas para identificar as reais demandas das comunidades locais. Isto inclui, entre outras coisas, a demanda por estruturas e equipamentos urbanos para a prática de atividades físicas e esportes.

Observem os apontamentos de Bond e Cottle (2014). Segundo estes autores há inúmeras evidências demonstrando que os megaeventos esportivos não proporcionam, efetivamente, vantagens econômicas significativas para os países ou cidades-sede. Ainda, diante do enorme volume de recursos públicos empenhados para a realização dos eventos, argumentos econômicos se apresentam de forma paradoxal. O que se observa, portanto, segundo estes autores é que:

A maior parte dos estudos de impacto econômico são contratados para legitimar uma posição política ao invés de buscar a verdade econômica. Geralmente, isto resulta na utilização de procedimentos maldosos para produzir um grande número de estudos que procuram patrocinadores para suportar uma posição predeterminada (Bond e Cottle, 2014 p. 83).

Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, resultaram em investimentos significativos em infraestrutura esportiva, mas a utilização dessas instalações após os eventos tem sido um desafio. Muitas dessas arenas se tornaram "elefantes brancos", com elevados custos de manutenção e baixa utilização devido à falta de planejamento estratégico para seu uso pós-evento.

Embora o governo brasileiro tenha implementado estratégias de fomento como o Programa Segundo Tempo e o Mais Educação, que visam promover a participação esportiva entre os jovens, a eficácia desses programas tem sido limitada pela escassez de recursos e financiamento, prejudicando o engajamento comunitário e o aproveitamento das novas instalações. Os legados intangíveis, como o aumento da participação esportiva e a melhoria da saúde pública, jamais serão plenamente alcançados como resultados naturalizados da realização do evento. A falta de planejamento estratégico e monitoramento adequado das iniciativas pós-evento contribuiu para a subutilização das instalações. Para que os legados pretendidos sejam realizados, é essencial um planejamento mais robusto, com a priorização das necessidades da comunidade e o fomento a uma cultura de participação esportiva sustentada (Silva Junior *et al*, 2017).

Souza e Marchi Júnior (2010) são enfáticos ao afirmarem que a construção de infraestruturas esportivas em áreas mais ricas, sem garantir a inclusão das classes mais baixas, reforçou, no Brasil, ainda mais as dinâmicas de poder existentes, ao invés de desafiar as desigualdades estruturais. Sugerem, ainda, a criação de uma área denominada "sociologia dos legados" para entender as

relações sociais envolvidas nos megaeventos e evitar a complacência com as desigualdades persistentes. Finaliza propondo que para alcançar uma verdadeira transformação social, é necessário desenvolver políticas esportivas que priorizem o engajamento comunitário, iniciativas de base e programas educativos voltados para a conscientização e empoderamento do esporte como ferramenta de transformação social, de formação cidadã e não apenas como forma de disseminar o espetáculo esportivo de alto rendimento.

Até aqui foi possível perceber que, explicitamente, há uma razoável concordância entre os mais variados pesquisadores e trabalhos no sentido de denunciar que o legado de estruturas e equipamentos urbanos para a prática de atividade física e esportes como legado dos megaeventos esportivos é apenas uma falácia discursiva.

Como forma de prosseguirmos analisando os impactos, e legados destes eventos, nos níveis de prática de atividade física da população dos países/cidades-sede, recorremos ao trabalho desenvolvido por Bauman *et al* (2021).

Segundo estes pesquisadores, embora os megaeventos despertem entusiasmo e gerem picos temporários de interesse, as evidências mostram que a participação esportiva não costuma se manter a longo prazo, como observado em cidades-sede como Vancouver, Sydney e Rio de Janeiro.

Para gerar um impacto duradouro é fundamental a criação de parcerias estratégicas e a melhoria da infraestrutura local para garantir o acesso contínuo à prática de esportes.

Ainda, a existência de um legado de oportunidades de práticas esportivas depende, inicialmente, da intenção de que ele ocorra.

Na Tabela 1, a seguir, é possível constatar o compromisso explicitamente assumido pelos governos quando da candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de verão e inverno, alternadamente, no que tange ao legado de práticas corporais e esportivas.

Tabela 1 - Declarações de políticas pré-Olimpíadas sobre atividade física, esporte e legados relacionados.

	Declarações de políticas sobre atividade física e esporte	Outros legados mencionados relevantes para o esporte ou atividade física
Barcelona, 1992	Não há menção à atividade física ou à participação comunitária; há menção ao desenvolvimento do esporte amador.	O relatório oficial pós-Olímpico menciona apenas o legado da infraestrutura esportiva.

Lillehammer, 1994	O termo "legado" não é utilizado; não há menção à atividade física ou à participação em esportes comunitários.	Nenhuma informação encontrada.
Atlanta, 1996	Não há menção à atividade física ou à participação em esportes comunitários.	As instalações esportivas de Atlanta, incentivo ao pedestrianismo e projetos habitacionais e de construção; legado de eventos esportivos comunitários.
Nagano, 1998	Não há menção ao legado da atividade física.	Uso contínuo das instalações esportivas
Sydney, 2000	Não há menção à atividade física ou à participação em esportes comunitários.	Legado de instalações esportivas comunitárias, parques e instalações de transporte.
Salt Lake City, 2002	Não há menção à atividade física ou à participação em esportes.	Programa comunitário de exercícios.
Atenas, 2004	Não há menção ao legado da atividade física ou do esporte.	Legado de transporte público.
Turim, 2006	Não há menção à atividade física ou ao esporte comunitário.	Iniciativas educacionais para mais de 600.000 crianças.
Pequim, 2008	Programa nacional de fitness e menção de que os jovens podem se beneficiar da experiência olímpica e se tornar promotores do espírito olímpico.	Instalações ecológicas e com economia de energia; perspectiva centrada nos atletas no planejamento de locais e instalações.
Vancouver, 2010	Não há menção à atividade física ou à participação comunitária.	Legados sustentáveis para atletas e desenvolvimento esportivo; sistemas de transporte ecologicamente corretos; legado para esportes aborígenes e jovens; projeto de disseminação de atividades nas escolas.
Londres, 2012	Aumento da participação de base, especialmente por jovens; incentivo à população do Reino Unido para ser mais fisicamente ativa.	Transformação urbana; sustentabilidade; engajamento econômico e comunitário.
Sochi, 2014	Não há menção à atividade física ou à participação esportiva comunitária.	Novo legado de infraestrutura e transporte; legado para os esportes.

Rio de Janeiro, 2016	Expansão do alcance dos programas de esportes e atividade física para os cidadãos; não há menção à atividade física ou participação esportiva.	Organizações municipais e comunitárias; desenvolvimento de infraestrutura e transporte; bolsas de estudo para atletas jovens e centros de treinamento; infraestrutura esportiva.
Pyeongchang, 2018	Não há menção à atividade física ou à participação esportiva comunitária.	Polo de esportes de inverno na Ásia.
Tóquio, 2020	Aumento na participação em esportes; promoção dos esportes entre funcionários e residentes.	Dia designado para o esporte; abertura de instalações esportivas corporativas ao público geral; as instalações se tornarão um pilar para o esporte e a saúde.

Fonte: Bauman *et al* (2021)

Até as edições de 1996, não há menções específicas relativas ao legado para atividade física ou mesmo para a participação comunitária em esportes. Ao invés disso, as edições mais antigas tendem a destacar legados voltados para a infraestrutura esportiva e as melhorias urbanas. Por exemplo, em Barcelona (1992), Atlanta (1996) e Lillehammer (1994), as discussões sobre o legado se concentram, essencialmente, nas melhorias de instalações esportivas e no desenvolvimento de esportes amadores, sem ações claras para incentivar a prática de atividades físicas pela população em geral, o que denuncia, no máximo, um legado para o esporte de elite.

A partir de edições mais recentes, como Londres 2012 e Tóquio 2020, é possível observar uma tentativa mais explícita de incluir legados relacionados à promoção da atividade física e à participação comunitária. Em Londres, por exemplo, há uma ênfase no aumento da participação esportiva, especialmente entre os jovens, e no incentivo à população a ser mais fisicamente ativa. A edição de Tóquio também apresenta esforços para promover os esportes entre funcionários e residentes, além de tentar transformar suas instalações olímpicas em pilares para o esporte e a saúde a longo prazo.

Entretanto, muitos desses legados parecem ser de curto prazo, com alguns Jogos Olímpicos, como os de Pequim 2008, Sydney 2000 e Rio de Janeiro 2016, mencionando ações de promoção da atividade física sem que, de fato, haja mudanças sustentáveis nas taxas de participação esportiva ou no engajamento a longo prazo da comunidade.

Ainda assim, há uma tendência crescente, especialmente após os Jogos de Londres 2012, de

tentar alavancar a infraestrutura construída para o evento para promover programas esportivos duradouros, como o uso das instalações olímpicas para eventos comunitários, o incentivo à prática de esportes nas escolas e a criação de programas de esporte e saúde com foco em sustentabilidade. No entanto, a implementação bem-sucedida desses legados depende, fortemente, da continuidade das políticas públicas e da colaboração entre diferentes partes interessadas, como governos locais, organizações comunitárias e entidades esportivas.

Conforme demonstraram Bauman *et al* (2015), há uma clara tendência por parte dos governos em assumir, de forma quase naturalizada, que as estruturas físicas construídas para a realização dos megaeventos esportivos já são um legado que, por si só, fomentaram o aumento da prática de atividade física e esportes nas localidades.

Neste ponto, faz-se necessário refletir alguns aspectos: 1) o primeiro deles é que as estruturas necessárias para a realização de uma Copa do Mundo, no padrão FIFA, ou então para os Jogos Olímpicos, no padrão do COI, os equipamentos são direcionados para os atletas de alta performance, portanto, para o esporte de elite/rendimento; 2) o acesso a essas estruturas e equipamentos após a realização dos megaeventos esportivos, quando não é inexistente, é limitado aos mesmos atletas performáticos que usufruíram da estrutura durante o evento e, em casos mais raros, são utilizados em programas de treinamento de novos atletas, perpetuando a desigualdade de acessos; 3) os Jogos Olímpicos têm, por sua natureza multimodal, maior probabilidade de uso das estruturas após realização do evento por uma maior parcela da população do que a Copa do Mundo FIFA de futebol, também por sua natureza de monocultura esportiva e; 4) no caso da Copa do Mundo FIFA o principal equipamento esportivo na cidade-sede é um estádio/arena, e em relação aos Jogos Olímpicos, a própria diversidade da tipologia das estruturas não supera o desafio da centralidade, uma vez que os equipamentos são construídos próximos uns dos outros.

Resta-nos, portanto, buscar compreender o papel da disponibilidade de estruturas e equipamentos esportivos, decorrentes ou não da realização de megaeventos, na mudança de comportamento populacional relativo à adesão à prática de atividade física cotidiana.

Sobre esse aspecto podemos citar os achados de Deelen, Ettema e Dijst (2016) e Raza *et al* (2022). Segundo estes pesquisadores, há correlações bastante evidentes entre os níveis de prática de atividade física e adesão ao esporte, condições socioeconômicas e, principalmente, acesso às estruturas e equipamentos esportivos próximos das residências da população. Enfatizam que a proximidade de instalações de atividade física está diretamente associada a maiores níveis de prática regular de exercícios. Estes resultados implicam na urgência de políticas públicas que

promovam a descentralização tanto dos equipamentos e estruturas, quanto dos projetos e programas de incentivo à prática de esportes nas cidades. Ainda, enfatizam que a proximidade de instalações de atividade física está diretamente associada a maiores níveis de atividade, com o acesso facilitado incentivando a prática regular de exercícios.

Analisando as experiências, propostas e até mesmo os desafios presentes no fomento à prática de exercícios físicos e esportes na China, Liu, Wang, Zhou e Wu (2020) e Xiao e Wang (2022), identificaram que a universalização e a descentralização do acesso às estruturas e equipamentos de prática esportiva dependem, entre outros fatores, de importantes esforços de reurbanização e reaproveitamento dos espaços nas metrópoles. Alguns desafios como, por exemplo, zonas históricas e de tombamentos se apresentam como impeditivos da distribuição, construção e renovação dessas estruturas esportivas no território. Sugerem, ainda, dois pontos bastante interessantes para a superação das dificuldades relativas à construção, e manutenção, dessas estruturas e equipamentos por toda a cidade: a primeira delas é que estes equipamentos estejam localizados próximos de zonas de alta circulação como em shoppings, escolas, supermercados e outros espaços que, cotidianamente, recebem uma grande quantidade de pessoas e; uma segunda proposta, paradoxal inclusive, é a criação de zonas específicas de prática de atividades físicas e esportes que funcionem como pontos de encontro, verdadeiros polos destinados à prática de atividades físicas, exercícios e esportes. As estruturas decorrentes da realização de Jogos Olímpicos, por exemplo, atenderiam a esta proposta se assim fossem destinadas.

Por sua vez, ao analisar as implicações da disponibilidade de equipamentos e estruturas esportivas em bairros residenciais e em bairros tipicamente comerciais/profissionais na Escócia, MacDonald (2019), demonstrou que mais da metade dos europeus não atinge os níveis mínimos recomendados de prática de atividade física para a manutenção da saúde. Além de expor os impactos deste comportamento na saúde pública, o autor sugere que as populações economicamente menos favorecidas são mais impactadas por este fenômeno e que o ambiente construído, como ruas conectadas e espaços verdes, é fundamental para incentivar a atividade física. Este fenômeno é, atualmente, amplamente discutido no âmbito dos estudos de caminhabilidade.

Demonstrou, também, que os bairros residenciais e os locais de trabalho têm papéis diferentes no acesso a instalações de atividade física. No geral, os bairros residenciais têm um impacto maior nos comportamentos de saúde. O *design* do bairro pode facilitar ou dificultar a adesão à atividade física, com a infraestrutura e a disponibilidade de recursos sendo fatores cruciais. Bairros bem projetados e com fácil acesso a recursos recreativos estão associados a maiores níveis

de atividade física (Macdonald, 2019).

Pouliou, Lowe e Higgs (2019), apresentam resultados semelhantes no País de Gales, o que corrobora a hipótese de que este é um fenômeno urbano global, ou seja, quaisquer cidades, sedes de megaeventos esportivos ou não, que priorizarem a descentralização dos espaços de prática de atividade física e esportes, a criação de estruturas e equipamentos para a reunião do maior número de pessoas em polos de modalidades específicas, implementarem espaços de prática de atividade física próximo das residências da população, além de locais estratégicos em zonas de maior concentração profissional obterão maior adesão por parte da população à atividade física e o esporte.

A Copa do Mundo FIFA de futebol masculino 2014 no Brasil, poderia configurar uma importante estratégia nos processos de reurbanização e descentralização das estruturas e equipamentos esportivos. Foram doze cidades-sede espalhadas por todo o território nacional. Os Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2016, deixaram para a cidade estruturas esportivas desconectadas da realidade da cultura corporal de movimento da população e, geograficamente, distantes do fluxo urbano. Especificamente no caso do Brasil, a Copa do Mundo FIFA de futebol feminino de 2027 ainda pode servir como um evento dinamizador de políticas públicas de esportes e urbanismo que promovam a integração dos sujeitos com o território por meio do esporte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece indiscutível que a realização de megaeventos esportivos se tornou o compromisso prioritário da agenda esportiva de governos em todo o mundo. A literatura apresenta, de forma consistente, que um dos principais argumentos para a realização destes eventos é o reposicionamento global dos países/cidades-sede, expondo-os na vitrine global de negócios.

No plano discursivo, é recorrente a retórica de que legados esportivos gerariam inclusão social, estimulariam a prática esportiva e democratizariam o acesso às estruturas construídas com recursos públicos. Contudo, na prática, observa-se uma forte dissociação entre as obras realizadas para atender às exigências dos organismos internacionais do esporte e as reais necessidades das populações locais. Ao final dos eventos, quadras, ginásios, centros esportivos e arenas multiuso frequentemente se transformam em espaços subutilizados, privatizados ou inacessíveis às comunidades – especialmente às populações periféricas. Esse fenômeno revela, como apontam autores críticos da sociologia do esporte, que os legados físicos dos megaeventos tendem a reforçar desigualdades já existentes em vez de combatê-las.

Além disso, a desigualdade de acesso ao esporte continua associada a variáveis estruturais como renda, território e políticas públicas permanentes. A construção de infraestrutura sem planejamento pedagógico, programas de formação e políticas de gestão de uso resulta em espaços esportivos ociosos e desvinculados de processos educativos. Assim, o legado material, quando não articulado a políticas de esporte educacional e de base comunitária, perde seu potencial transformador e mantém-se como monumento simbólico, mas sem função social efetiva.

Os megaeventos não podem ser entendidos como política pública duradoura de incentivo ao esporte, no máximo, constituem janelas de oportunidade que devem ser estrategicamente utilizadas para fortalecer o esporte educacional e comunitário.

Portanto, a universalização do acesso ao esporte – enquanto direito social – depende menos do espetáculo esportivo global e mais de políticas permanentes de Estado que priorizem a formação humana, a inclusão social e a democratização efetiva das práticas corporais em territórios vulnerabilizados.

O estudo demonstrou que apenas as últimas edições dos Jogos Olímpicos, de verão e inverno, não apresentaram quaisquer tipos de proposições, no âmbito das políticas públicas, com um legado vinculado a estruturas e equipamentos que favorecessem o aumento da prática de atividade física e esportes por parte da população. Os jogos de Londres, 2012, inauguraram a explicitude deste compromisso.

Sinalizou, ainda, que o acesso a espaços de práticas esportivas próximos da residência, mais até do que do local de trabalho, e, até mesmo, em locais específicos que favoreçam a concentração de públicos diversos interessados em modalidades específicas contribui, significativamente, para o envolvimento da população em práticas corporais.

Foi possível identificar uma maior probabilidade de impacto/legado, no âmbito do estímulo à continuidade da prática de atividade física e esportes, pelos Jogos Olímpicos do que da Copa do Mundo FIFA de futebol em função da própria variabilidade de estruturas e equipamentos.

De toda forma, historicamente, o uso das estruturas construídas para a realização dos megaeventos esportivos se configurou como um espaço privilegiado para o treinamento de atletas de elite, em detrimento da universalização do acesso ao esporte como um direito social.

Megaeventos esportivos parecem caminhar na direção oposta dos interesses e necessidades da população nos territórios nas cidades-sede no que diz respeito à universalização de acesso ao esporte.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W.. O Brasil e os megaeventos esportivos: subsídios da política externa. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, 26(42), pp. 13-26, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p13> acessado em: 15 de outubro de 2025.
- BAUMAN, A. et al. An evidence-based assessment of the impact of the Olympic Games on population levels of physical activity. *The Lancet*, Londres, 398(10294), 456–464, 2021
- BOND, P.; COTTLE, E.. Promessas econômicas e armadilhas da Copa do Mundo da África do Sul. In: COTTLE, E.. *Copa do Mundo na África do Sul: um legado para quem?* Florianópolis: Insular, 2014.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Diagnóstico nacional do esporte (DIESPORTE)*. Brasília: Ministério do Esporte, 2014.
- CARVALHO, R. B.. Megaeventos esportivos: legados para a economia. In MARCELINO, N.C. *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papyrus, 2013.
- CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S.. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, 26(1), 82-100., 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf> acessado em: 15 de outubro de 2025.
- CHAPPELET J.-L.. Mega sporting event legacies: A multifaceted concept. *Papeles de Europa*, Madri, 25, 76-86, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14352/42866> acessado em: 15 de outubro de 2025.
- COAKLEY, J.; SOUZA, D.L.. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. *Rev. bras. educ. fis. Esporte*, São Paulo 29 (4), Out-Dez, 2015.
- COTTLE, E.. *Copa do Mundo na África do Sul: um legado para quem?* Florianópolis: Insular, 2014.
- DACOSTA, L. P., et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- DEELEN, I., ETTEMA, D.; DIJST, M.. Too busy or too far away? The importance of subjective constraints and spatial factors for sports frequency. *Managing Sport and Leisure*, Abingdon, 2016.
- ESTENDER, C., VOLPI, A.; FITTIPALDI, M.. O legado da Copa do Mundo em 2014. SIMPOI, 2011.
- GALVÃO, T. F. PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014.
- HOLANDA, S.. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- HORNE, J.; MANZENREITER, W.. An introduction to the sociology of sports mega-events 1. *The Sociological Review*, Reino Unido, 54: 1-24, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00650>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

LAZZOLI, J. K.; et al. Atividade física e saúde na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, pp. 107-122, 1998.

LIU, Y., WANG, X., ZHOU, S.; WU, W.. The association between spatial access to physical activity facilities within home and workplace neighborhoods and time spent on physical activities: Evidence from Guangzhou, China. *International Journal of Health Geographics*, Londres, 2020.

MARICATO, E.. Metrôpole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATIAS, W.B.; MASCARENHAS, F.. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. *Pensar a Prática*, Goiânia, vol. 20, no 1, março de 2017.

MACDONALD, L.. Associations between spatial access to physical activity facilities and frequency of physical activity: how do home and workplace neighbourhoods in West Central Scotland compare? *International Journal of Health Geographics*, Londres, 2019.

PAIVA, R.. *Falácias no planejamento do legado esportivo da Copa do Mundo FIFA nas doze cidades-sede no Brasil*. Tese de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PAIVA, R.; ROSSETTO JUNIOR, A. J.. Garantia do direito ao esporte: possibilidades das Cidades da Copa do Mundo F.I.F.A. 2014. *Anais V Seminário Nacional de Sociologia & Política*. 2014 Disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2014 . Acesso em 14 de outubro de 2024.

PAIVA, R., BÓGUS, L., ROCCO JÚNIOR, A.; RICA, R.. Legado dos megaeventos esportivos no brasil: análise da produção temática da revista gestão e negócio. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, Jundiaí, v.22(N3), pp. 59-70, 2023.

POULIOU, T., LOWE, S., & HIGGS, G.. Assessing the health impacts of adults' participation in sports: investigating the role of accessibility to sport facilities. *International Journal of Population Data Science*, Swansea, 2019. Disponível em: <https://ijpds.org/article/view/1216/2237> acessado em: 15 de outubro de 2025.

PREUSS, H. *Economics of the Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2008.

PULLEIRO, C.. The international legacy of sports mega-events in Brazil: Political and economic lessons for the semi-peripheral countries. *Papel Político*, Bogotá, 25, 2020.

RAAFS, B. M., et al. Physical Exercise Training Improves Quality of Life in Healthy Older Adults: A Meta-Analysis. *Journal of Aging and Physical Activity*, Champaign, 28(1), 81–93, 2020.

RAZA, A., et al. *Distance to sports facilities and low frequency of exercise and obesity: A cross-sectional study*. BMC Public Health, Londres, 2022.

ROMANO, F. S., VICO, R. P., SILVA, A. C. da, & UVINHA, R. R.. Megaeventos esportivos: uma reflexão sobre os legados da UEFA Eurocopa. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, 4(3), 2015.

ROSSETTO JUNIOR, A.. *Copa Do Mundo F.I.F.A. - Brasil 2014: Realidades, mitos e legados na cidade de São Paulo*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. . São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTIN, S.. Megaeventos esportivos no Brasil: benefícios - contradições. *Revista Motrivivência, Florianópolis*, Ano XXI, n. 32/33, p. 332-334, 2009.

SILVA JÚNIOR, A. P., ANVERSA, A. L. B., STAREPRAVO, F. A., & OLIVEIRA, A. A. B. de.. Os legados no campo social e educacional após a realização dos megaeventos esportivos no Brasil. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon 15(2), 15–24, 2017.

SOUZA, J. DE, & MARCHI JÚNIOR, W.. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: Algumas notas e reflexões. *Motrivivência*, Florianópolis, 22(34), 245–255, 2010.

SZACHI, J.. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D.. *Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício*. 6ª edição. . Porto Alegre: Artmed, 2016.

XIAO, W.; WANG, W.. Study on the accessibility of community sports facilities in Fuzhou, China. *Sustainability*, Basel, 2022.

Licença e Direitos:

Inter-relações entre Acesso às Estruturas e Equipamentos Urbanos de Esporte, Prática de Atividade Física e Legado dos Megaeventos Esportivos no Brasil, direitos autorais de Rodrigo Paiva, Lúcia Maria Machado Bógus e Cláudio Miranda da Rocha, 2026, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

